



Estado da Paraíba

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



Tribunal de  
Contas do Estado

João Pessoa - Publicado em sexta-feira, 15 de janeiro de 2021 - Nº 2608 - Divulgado em 14/01/2021

**Conselheiro Presidente**  
Fernando Rodrigues Catão  
**Conselheiro Vice-Presidente**  
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira  
**Conselheiro Corregedor**  
Antônio Gomes Vieira Filho  
**Cons. Pres. da 1ª Câmara**  
Arnóbio Alves Viana  
**Cons. Pres. da 2ª Câmara**  
André Carlo Torres Pontes

**Ouvidor**  
Cons. Subst. Renato Sérgio  
Santiago Melo  
**Conselheiros**  
Antônio Nominando Diniz Filho  
Arthur Paredes Cunha Lima  
**Procurador-Geral**  
Manoel Antônio dos Santos Neto

**Subproc.-Geral da 1ª Câmara**  
Isabella Barbosa Marinho Falcão  
**Subproc.-Geral da 2ª Câmara**  
Marcílio Toscano Franca Filho  
**Procuradores**  
Elvira Samara Pereira de Oliveira  
Sheyla Barreto Braga de Queiroz  
Luciano Andrade Farias  
Bradson Tibério Luna Camelo

**Diretor Executivo Geral**  
Umberto Silveira Porto  
**Conselheiros Substitutos**  
Antônio Cláudio Silva Santos  
Oscar Mamede Santiago Melo

## Índice

1. Atos da Presidência .....	1
<i>Portarias Administrativas</i> .....	1
2. Atos do Tribunal Pleno .....	1
<i>Intimação para Sessão</i> .....	1
<i>Intimação para Defesa</i> .....	1
3. Atos da 1ª Câmara .....	1
<i>Intimação para Defesa</i> .....	1
<i>Extrato de Decisão Singular</i> .....	2
<i>Comunicações</i> .....	4
4. Atos da 2ª Câmara .....	4
<i>Intimação para Sessão</i> .....	4
<i>Errata</i> .....	4
<i>Comunicações</i> .....	4
5. Atos dos Jurisdicionados .....	4
<i>Aviso de Licitação dos Jurisdicionados</i> .....	4
<i>Errata</i> .....	7

## 1. Atos da Presidência

### Portarias Administrativas

**Portaria TC Nº: 009/2021 -**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS para a manutenção das medidas preventivas de combate ao Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que permanece vigente a declaração do Estado de Calamidade Pública pelo Governo do Estado da Paraíba através do Decreto Estadual no 40.134, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a efetividade das medidas de prevenção adotadas por esta Corte, desde o início da circulação do vírus no país, aliada à adequada prestação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO o acolhimento das orientações do Serviço Médico deste Tribunal, no sentido de manter o teletrabalho integral a todos os membros e servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2021 o regime de teletrabalho obrigatório para todos os membros e servidores, estabelecido na Portaria TC nº 118/2020.  
Parágrafo único. Todas as atividades presenciais no Tribunal permanecem suspensas até ulterior deliberação, ressalvadas as relacionadas à segurança, à continuidade do funcionamento dos equipamentos de Tecnologia da Informação e às ações administrativas essenciais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro FERNANDO RODRIGUES CATÃO  
Presidente

## 2. Atos do Tribunal Pleno

### Intimação para Sessão

**Sessão:** 2293 - 03/02/2021 - Tribunal Pleno - Ordinária - Remota

**Processo:** [12946/14](#)

**Jurisdicionado:** Paraíba Previdência

**Subcategoria:** Pensão

**Exercício:** 2011

**Intimados:** Jose Antonio Coelho Cavalcanti (Gestor(a)); André Gustavo de Gouveia e Gouveia (Interessado(a)); Maria do Socorro Gouveia (Interessado(a)); Hilton Hril Martins Maia (Advogado(a)); Roberto Alves de Melo Filho (Advogado(a)).

**Aviso:** A sustentação oral depende de requerimento prévio a ser formalizado, em até 2 (duas) horas anteriores à sessão remota, pelo email "secpl@tce.pb.gov.br", contendo nome do interessado requerente ou do seu representante legal, o número de inscrição no Conselho de Classe Profissional quando houver, número do processo e telefone para contato (art. 111-E, da RN-TC 01/2020). A sustentação oral ocorrerá através de link de acesso disponibilizado ao requerente.

### Intimação para Defesa

**Processo:** [05871/20](#)

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2019

**Intimados:** Marivalvo Laureano dos Santos Filho (Gestor(a)).

**Prazo:** 15 dias

**Nota:** Para se manifestar, no prazo regimental acerca Cota Ministerial de fls. 969/972 e do Relatório de complementação de Instrução de fls. 956/966 dos autos.

## 3. Atos da 1ª Câmara

### Intimação para Defesa

**Processo:** [05368/19](#)

**Jurisdicionado:** Instituto de Prev. dos Serv. Mun. de Campina Grande

**Subcategoria:** Aposentadoria

**Exercício:** 2019



**Intimados:** Antonio Hermano de Oliveira (Gestor(a)).

**Prazo:** 15 dias

**Nota:** Para se manifestar no prazo regimental, acerca do relatório técnico de fls. 97/101 dos autos.

**Processo:** [05943/19](#)

**Jurisdicionado:** Instituto de Previdência de Alagoa Nova

**Subcategoria:** PCA - Prestação de Contas Anuais

**Exercício:** 2018

**Intimados:** Edmilson Souto Sobral (Interessado(a)).

**Prazo:** 15 dias

**Nota:** A intimar o referido gestor, para no prazo de 15 dias, apresentar complementação das informações dos autos do processo.

## Extrato de Decisão Singular

**Atto:** Decisão Singular DS1-TC 00001/21

**Processo:** [00513/21](#)

**Jurisdicionado:** Câmara Municipal de Montadas

**Subcategoria:** Representação

**Exercício:** 2020

**Interessados:** Ministério Público Junto Ao Tce-Pb (Interessado(a)).

**Decisão:** Objeto: Representação Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB Representados: Ronaldo de Oliveira e outro Trata-se de representação, com pedido de cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB, através de seus ilustres Procuradores, Drs. Manoel Antônio dos Santos Neto, Marcílio Toscano Franca Filho e Luciano Andrade Farias, em face do Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Montadas/PB durante o exercício financeiro de 2020, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, e do Prefeito da mencionada Comuna, Sr. Jonas de Souza, CPF n.º 840.362.904-44, especificamente acerca das majorações indevidas, no final de legislatura e no último ano de mandato, dos subsídios de agentes públicos da referida Urbe, com vigência a partir do exercício financeiro de 2021. Em sua peça, fls. 03/17, os eminentes Membros do MPJTCE/PB, alegaram, resumidamente, que: a) conforme notícia jornalística, a Casa Legislativa de Montadas/PB reajustou as remunerações dos Edis e do Alcaide, com efeitos a partir do ano de 2021; b) inexistem informações no portal eletrônico do Parlamento Mirim acerca das normas autorizadas dos aumentos, o que prejudicou a atuação do controle externo; c) vários são os limites e condicionantes impostos pelo arcabouço normativo nacional para majoração, reajuste ou revisão de subsídios de agentes políticos, a exemplo do disposto no art. 29, incisos V e VI, da Constituição Federal, do estabelecido no art. 21, incisos II e III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nacional n.º 101/2000), e o disciplinado no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei Complementar Nacional n.º 173/2020; d) durante o período de calamidade pública vivenciado, decorrente da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), exige-se mais atenção e cautela dos administradores públicos; e) apesar da ausência de maiores detalhes sobre o conteúdo dos atos normativos locais, os reajustes concedidos devem ter sua eficácia suspensa até, pelo menos, 31 de dezembro de 2021, consoante previsão no art. 8º da mencionada Lei Complementar Nacional n.º 173/2020; f) o perigo da demora reside no fato de que a lei municipal recentemente editada poderá ser adotada para fins de materialização de atos e procedimentos voltados à implementação dos aumentos dos subsídios dos Vereadores e do Prefeito; e g) a fumaça do bom direito repousa na plausibilidade dos argumentos invocados e na considerável aparência de verdade dos fatos suscitados. Ao final, os integrantes do Ministério Público Especial pugnaram, sumariamente, pela (s): a) concessão imediata de medida cautelar, estabelecendo aos Chefes dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Montadas/PB o dever de não implementar as remunerações fixadas nas leis autorizadas para o exercício de 2021, sob pena de incidência de multa aos responsáveis em caso de descumprimento; b) citações do Vereador que presidiu a Câmara Municipal de Montadas/PB durante o exercício financeiro de 2020, Sr. Ronaldo de Oliveira, para demonstrar a compatibilidade dos atos/procedimentos em apreço com o arcabouço normativo vigente aplicável à matéria, bem como do Alcaide de Montadas/PB, Sr. Jonas de Souza, para apresentação de defesa, sem prejuízo das notificações dos atuais

gestores, para conhecimento e cumprimento de eventual decisão do eg. Tribunal; c) confirmação, no mérito, dos fundamentos motivadores do pleito cautelar, com a declaração da ilegalidade dos acréscimos, ante a violação da Lei Complementar Nacional n.º 173/2020; e d) representação à Procuradoria Geral de Justiça, no sentido de adoção das providências cabíveis quanto a eventual controle concentrado de constitucionalidade, bem como para que faça juízo de valor acerca de eventual ato de improbidade. Ato contínuo, os técnicos da Divisão de Auditoria da Gestão Municipal V – DIAGM V elaboraram relatório, fls. 20/32, onde destacaram, sumariamente, que: a) após contato telefônico com a Casa Legislativa de Montadas/PB, foram disponibilizadas cópias da Resolução Legislativa n.º 03, de 28 de dezembro de 2020, que fixou os subsídios dos Vereadores para a legislatura 2021 a 2024; b) em pesquisa no sítio eletrônico da Comuna, consta a Lei Municipal n.º 541, de 28 de outubro de 2020, que alterou as remunerações do Alcaide, Vice-Prefeito, Secretários, Secretários Adjuntos, Procurador Geral, Procurador Adjunto e Presidente do Instituto de Previdência Municipal para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024; c) as remunerações dos mencionados agentes políticos e cargos de confiança sofreram reajustes com base nestas normas; e d) conforme apontado pelo Ministério Público de Contas, as majorações concedidas desrespeitaram atos normativos válidos, destacadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e a Lei Complementar Nacional n.º 173/2020. Por fim, os analistas da DIAGM V opinaram, em suma, pela (s): a) concessão de medida cautelar, para suspender os atos decorrentes das aprovações da Resolução Legislativa n.º 03/2020 e da Lei Municipal n.º 541/2020, até a apreciação do mérito pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB; b) citações do Presidente do Parlamento durante o exercício financeiro de 2020, Sr. Ronaldo de Oliveira, para demonstração da compatibilidade dos atos/procedimentos em apreço com o arcabouço normativo vigente aplicável à matéria, como também do Chefe do Executivo local, Sr. Jonas de Souza, por ter sido beneficiado com a aprovação da norma municipal e para fins de cumprimento de decisão do TCE/PB; e c) representação à Procuradoria Geral de Justiça, no sentido de adoção das providências cabíveis quanto a eventual controle concentrado de constitucionalidade, bem como para que faça juízo de valor acerca de eventual ato de improbidade. É o relatório. Decido. Inicialmente, cabe destacar que a representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB encontra guarida no art. 129, inciso II, da Constituição Federal c/c o art. 27, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Nacional n.º 8.625/1993) e nos arts. 78, inciso I, e 79, cabeça, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), textualmente: Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I – (omissis) II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: I – pelos poderes estaduais ou municipais; Art. 78. Competem ao Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas no Regimento Interno, as seguintes atribuições: I – promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário; Ademais, é importante realçar que as Cortes de Contas têm competência para expedir medidas cautelares (tutela de urgência) com o objetivo de prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões, desde que presentes os requisitos exigidos para a adoção das referidas providências, quais sejam, a fumaça do bom direito (fumus boni iuris) e o perigo na demora (periculum in mora). O primeiro, configurado na plausibilidade da pretensão de direito material e, o segundo, caracterizado na possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação. Este é o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, in verbis: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU. CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. 1 - Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. 2 - Inexistência de direito líquido e certo. O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões. 3 - A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da

Representação e na legislação aplicável. 4 - Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem. (STF – Pleno – MS 24.510/DF, Rel. Ministra Ellen Grace, Diário da Justiça, 19 mar. 2004, p. 18) (grifo nosso) Neste sentido, é importante salientar que o art. 195, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – RITCE/PB disciplina, de forma clara e objetiva, a possibilidade do Relator ou do Tribunal adotar, até deliberação final, medida cautelar. Referido dispositivo apresenta a seguinte redação: Art. 195. (...) § 1º. Poderá, ainda, o Relator ou o Tribunal determinar, cautelarmente, em processos sujeitos à sua apreciação ou julgamento, a suspensão de procedimentos ou execução de despesas, até decisão final, se existentes indícios de irregularidades que, com o perigo da demora, possa causar danos ao erário. In casu, os inspetores desta Corte, fls. 20/32, com esteio na peça do Ministério Público de Contas, fls. 03/17, evidenciaram que a Câmara Municipal de Montadas/PB aprovou, em 28 de outubro de 2020, a Resolução Legislativa n.º 03, que fixou os subsídios dos Vereadores, como também a Lei Municipal n.º 541, que alterou as remunerações do Alcaide, Vice-Prefeito, Secretários, Secretários Adjuntos, Procurador Geral, Procurador Adjunto e Presidente do Instituto de Previdência Municipal, todos para a legislatura de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Para tanto, ao manejarem os atos normativos, os analistas deste Tribunal salientaram uma majoração indevida nos valores dos estípedios dos referidos agentes públicos no último ano de mandato e final de legislatura. Com efeito, é de conhecimento comum que a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou, em 11 de março de 2020, a elevação do estado de contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Por sua vez, o Congresso Nacional, mediante o Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. E, com o objetivo de estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, o Governo Federal sancionou, em 27 de maio de 2020, a Lei Complementar Nacional n.º 173/2020, cujas regras devem ser seguidas pelos Entes da Federação. Nesta esteira, dentre as alterações trazidas, constam algumas proibições de cumprimento obrigatório no período que vai da sanção da lei (27 de março de 2020) até 31 de dezembro de 2021. Vejamos o que disciplina o seu art. 8º, notadamente o disposto no inciso I, verbatim: Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública; II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV; VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade; VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º; VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal; IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins. § 1º O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII do caput deste artigo não se aplica a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração. § 2º O disposto no inciso VII

do caput não se aplica em caso de prévia compensação mediante aumento de receita ou redução de despesa, observado que: I - em se tratando de despesa obrigatória de caráter continuado, assim compreendida aquela que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a 2 (dois) exercícios, as medidas de compensação deverão ser permanentes; e II - não implementada a prévia compensação, a lei ou o ato será ineficaz enquanto não regularizado o vício, sem prejuízo de eventual ação direta de inconstitucionalidade. § 3º A lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual poderão conter dispositivos e autorizações que versem sobre as vedações previstas neste artigo, desde que seus efeitos somente sejam implementados após o fim do prazo fixado, sendo vedada qualquer cláusula de retroatividade. § 4º O disposto neste artigo não se aplica ao direito de opção assegurado na Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, bem como aos respectivos atos de transposição e de enquadramento. § 5º O disposto no inciso VI do caput deste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração. (destaques ausentes do texto original) Acerca do período compreendido na restrição temporária imposta pelo mencionado art. 8º, cabeça, as normas locais que majoraram os valores dos subsídios dos agentes públicos, concorde manifestação do Parquet especializado, devem ter a sua eficácia suspensa até pelo menos 31 de dezembro de 2021, sendo pertinente trazer ao debate consulta respondida pelo eg. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA a respeito desta temática, verbo ad verbum: CONSULTA. SUBSÍDIO DOS VEREADORES. VEDAÇÃO DA MAJORAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS PARA A MESMA LEGISLATURA. OBRIGATORIEDADE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. ARTIGO 29, INCISO VI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE REAJUSTE ATÉ DEZEMBRO DE 2021. ARTIGO 8º DA LC 173/2020.1. A Lei Municipal que fixará os subsídios dos vereadores deverá obedecer o princípio da anterioridade. Por tanto, deverá ser promulgada ainda no exercício corrente (último ano de legislatura), para surtir efeitos apenas na subsequente. Salientamos que, de acordo com o artigo 44, parágrafo único, da Constituição Federal, “Cada legislatura terá a duração de quatro anos”. A construção legal disposta no art.29, VI, da CF/88 impede a possibilidade de ocorrer autoconcessão de majoração dos próprios subsídios pelos Edis, já que a Câmara somente majora os subsídios dos Vereadores que venham a compor a legislatura subsequente àquela que os majorou. 2. O artigo 8º, inciso I, da LC nº 173 de 2020 proibiu a concessão de reajuste até dezembro de 2021, ressalvados os casos previstos na Lei. Ocorre que, o ano de 2021 será o primeiro ano da legislatura, mas por conta da vedação trazida pelo citado dispositivo, caso haja alteração/majoração dos subsídios dos vereadores, mesmo que dentro do limite legal, observados os critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município e os tetos remuneratórios, não poderão ser concedidos até 31 de dezembro de 2021, tendo seus efeitos produzidos somente a partir de 01 de janeiro de 2022. (grifo nosso) (TCM/BA – Processo n.º 09224e20, Parecer n.º 00946-20 da Assessoria Jurídica - AJU, datado de 18 de junho de 2020) Por conseguinte, tendo em vista que as definições dos subsídios dos agentes públicos da Urbe de Montadas/PB, mediante as edições da Lei Municipal n.º 541 e da Resolução Legislativa n.º 03, ambas de 28 de outubro de 2020, respeitaram o princípio da anterioridade, cujas aprovações se deram antes do pleito eleitoral de 2020, em atendimento ao insculpido no art. 29, inciso VI, da Constituição Federal, bem assim ao recomendado no Ofício Circular n.º 018/2020-TCE-GAPRE, de 02 de outubro de 2020, as fixações e os aumentos remuneratórios somente devem ter seus efeitos financeiros produzidos a partir de 01 de janeiro de 2022, em razão das vedações trazidas no reverenciado art. 8º da Lei Complementar Nacional n.º 173/2020. Ante o exposto: a) Defiro a medida cautelar pleiteada pelos membros do Ministério Público Especial e pelos técnicos desta Corte de Contas, inaudita altera pars, para determinar a imediata suspensão de quaisquer procedimentos administrativos por parte do Prefeito do Município de Montadas/PB, Sr. Jonas de Souza, CPF n.º 840.362.904-44, e do atual Presidente do Parlamento Mirim da mencionada Urbe, Sr. Yuri Verissimo de Souza, CPF n.º 046.441.944-17, com vistas a implementar as fixações e os aumentos dos subsídios para o exercício de 2021 decorrentes das aprovações da Lei Municipal n.º 541 e da Resolução Legislativa n.º 03, ambas datadas de 28 de outubro de 2020. b) Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das devidas citações a serem efetivadas pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB, para que o Vereador que presidiu a Câmara Municipal de Montadas/PB durante as aprovações da Lei Municipal n.º 541 e da Resolução Legislativa n.º 03, Sr. Ronaldo de Oliveira, CPF n.º 291.718.508-21, e o atual

Presidente do Parlamento Mirim, Sr. Yuri Verissimo de Souza, CPF n.º 046.441.944-17, demonstrem a compatibilidade dos atos/procedimentos em apreço com o arcabouço normativo vigente aplicável a matéria, bem como para que o Chefe do Poder Executivo da Comuna, Sr. Jonas de Souza, CPF n.º 840.362.904-44, apresente as devidas justificativas sobre os fatos abordados pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MP/TCE/PB, fls. 03/17, e pelos peritos desta Corte, fls. 20/32. Publique-se, registre-se e intime-se. TCE/PB – Gabinete do Relator João Pessoa, 13 de janeiro de 2021 Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Relator

## Comunicações

### Aviso de Citação Eletrônica

**Processo:** [05247/20](#)

**Jurisdicionado:** Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

**Subcategoria:** Aposentadoria

**Exercício:** 2020

**Citados:** Caroline Ferreira Agra (Gestor(a)).

**Nota:** Este aviso não gera efeitos na contagem de prazos para defesa, regulamentada pelo § 4º do art. 22 da LOTCE/PB.

### Aviso de Citação Eletrônica

**Processo:** [09403/20](#)

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

**Subcategoria:** Licitações

**Exercício:** 2020

**Citados:** Carlos Tiberio Limeira Santos Fernandes (Gestor(a)).

**Nota:** Este aviso não gera efeitos na contagem de prazos para defesa, regulamentada pelo § 4º do art. 22 da LOTCE/PB.

### Aviso de Citação Eletrônica

**Processo:** [00672/21](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Tavares

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Licitações e Contratos

**Exercício:** 2020

**Citados:** Ailton Nixon Suassuna Porto (Gestor(a)).

**Nota:** Este aviso não gera efeitos na contagem de prazos para defesa, regulamentada pelo § 4º do art. 22 da LOTCE/PB.

### Aviso de Citação Eletrônica

**Processo:** [00672/21](#)

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Tavares

**Subcategoria:** Inspeção Especial de Licitações e Contratos

**Exercício:** 2020

**Citados:** Genildo Jose da Silva (Gestor(a)).

**Nota:** Este aviso não gera efeitos na contagem de prazos para defesa, regulamentada pelo § 4º do art. 22 da LOTCE/PB.

## 4. Atos da 2ª Câmara

### Intimação para Sessão

**Sessão:** 3018 - 02/02/2021 - 2ª Câmara - Ordinária - Remota

**Processo:** [22772/19](#)

**Jurisdicionado:** Fundo de Previdência de Sapé

**Subcategoria:** Aposentadoria

**Exercício:** 2019

**Intimados:** Thais Emilia Diniz Mendes de Araujo Costa (Gestor(a)); Danielle Torriao Furtado (Advogado(a)).

**Aviso:** A sustentação oral depende de requerimento prévio a ser formalizado, em até 2 (duas) horas anteriores à sessão remota, pelo email "camara2@tce.pb.gov.br", contendo nome do interessado requerente ou do seu representante legal, o número de inscrição no Conselho de Classe Profissional quando houver, número do processo e telefone para contato (art. 111-E, da RN-TC 01/2020). A sustentação oral ocorrerá através de link de acesso disponibilizado ao requerente.

**Sessão:** 3017 - 26/01/2021 - 2ª Câmara - Ordinária - Remota

**Processo:** [05297/20](#)

**Jurisdicionado:** Instituto de Previdência do Município de João Pessoa

**Subcategoria:** Aposentadoria

**Exercício:** 2020

**Intimados:** Roberto Wagner Mariz Queiroga (Gestor(a)); Walberto Freire (Interessado(a)); Victor Assis de Oliveira Targino (Advogado(a)).

**Aviso:** A sustentação oral depende de requerimento prévio a ser formalizado, em até 2 (duas) horas anteriores à sessão remota, pelo email "camara2@tce.pb.gov.br", contendo nome do interessado requerente ou do seu representante legal, o número de inscrição no Conselho de Classe Profissional quando houver, número do processo e telefone para contato (art. 111-E, da RN-TC 01/2020). A sustentação oral ocorrerá através de link de acesso disponibilizado ao requerente.

## Errata

**Torna sem efeito a seguinte intimação, publicada no Diário Oficial Eletrônico do dia 13/01/2021:**

**Sessão:** 3017 - 26/01/2021 - 2ª Câmara - Ordinária - Remota

**Processo:** [12946/14](#)

**Jurisdicionado:** Paraíba Previdência

**Subcategoria:** Pensão

**Exercício:** 2011

**Intimados:** Jose Antonio Coelho Cavalcanti (Gestor(a)); Yuri Simpson Lobato (Gestor(a)); Hélio Carneiro Fernandes (Ex-Gestor(a)); Maria do Socorro Gouveia (Interessado(a)); André Gustavo de Gouveia e Gouveia (Interessado(a)); Hilton Hril Martins Maia (Advogado(a)); Milena Medeiros de Alencar (Advogado(a)); Rayssa Kallyne Cruz de Luna (Advogado(a)); Roberto Alves de Melo Filho (Advogado(a)); Jovelino Carolino Delgado Neto (Advogado(a)).

**Aviso:** A sustentação oral depende de requerimento prévio a ser formalizado, em até 2 (duas) horas anteriores à sessão remota, pelo email "camara2@tce.pb.gov.br", contendo nome do interessado requerente ou do seu representante legal, o número de inscrição no Conselho de Classe Profissional quando houver, número do processo e telefone para contato (art. 111-E, da RN-TC 01/2020). A sustentação oral ocorrerá através de link de acesso disponibilizado ao requerente.

## Comunicações

### Aviso de Citação Eletrônica

**Processo:** [19982/20](#)

**Jurisdicionado:** Instituto de Previdência do Município de Desterro

**Subcategoria:** Pensão

**Exercício:** 2020

**Citados:** Sueli Ezequiel de Medeiros Silva (Gestor(a)).

**Nota:** Este aviso não gera efeitos na contagem de prazos para defesa, regulamentada pelo § 4º do art. 22 da LOTCE/PB.

## 5. Atos dos Jurisdicionados

### Aviso de Licitação dos Jurisdicionados

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Jacaraú

**Documento TCE nº:** [78501/20](#)

**Número da Licitação:** 00004/2020

**Modalidade:** Tomada de Preço

**Tipo:** Obras e Serviços de engenharia

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS (2ª ETAPA), EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE JACARAÚ

**Data do Certame:** 28/01/2021 às 10:00

**Local do Certame:** Sala da CPL - Prefeitura Municipal de Jacaraú

**Valor Estimado:** R\$ 183.257,25

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha

**Documento TCE nº:** [01563/21](#)

**Número da Licitação:** 00001/2021

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível

**Objeto:** Aquisição de combustível e óleos lubrificantes destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas deste Município

**Data do Certame:** 26/01/2021 às 15:00

**Local do Certame:** SALA DE REUNIÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL

**Valor Estimado:** R\$ 2.711.305,10



**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Mataraca  
**Documento TCE nº:** [01845/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível  
**Objeto:** Aquisição parcelada de combustíveis diversos, mediante requisição diária e periódica, para atender a necessidade das Secretarias deste Município  
**Data do Certame:** 21/01/2021 às 08:30  
**Local do Certame:** Sala de reuniões na Prefeitura

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Itaporanga  
**Documento TCE nº:** [01851/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisição de grade aradora com 16 discos de 26 polegadas e raspadeira hidráulica com capacidade de 3,10 m<sup>3</sup> destinados a complementação dos implementos para os tratores agrícolas do Município de Itaporanga – PB, conforme especificações contidas no termo de referência.  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** Site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)  
**Valor Estimado:** R\$ 69.561,67

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de São João do Tigre  
**Documento TCE nº:** [01853/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE APOIO PARA PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE ENCAMINHADOS PARA CAMPINA GRANDE - PB, PARA ATENDIMENTO ATRAVÉS DE T.F.D ( TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO) ENCAMINHADOS PELA UNIDADE CENTRAL DE SAUDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE  
**Valor Estimado:** R\$ 21.925,00

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Olivédos  
**Documento TCE nº:** [01855/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Veículos  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO QUILOMETRO, TIPO PASSEIO, PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEDOS, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 15:01  
**Local do Certame:** [http:// www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)  
**Valor Estimado:** R\$ 402.600,00

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Umbuzeiro  
**Documento TCE nº:** [01858/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível  
**Objeto:** Aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes e diversos, com entrega parcelada, mediante requisição diário e/ou periódica, destinados ao abastecimento dos veículos locados e aos veículos pertencentes a frota deste Município, conforme necessidade das Secretárias deste Município  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - UASG 982241  
**Valor Estimado:** R\$ 982.115,30

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de São José de Espinharas  
**Documento TCE nº:** [01875/21](#)  
**Número da Licitação:** 00004/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios parceladamente, destinados à Merenda Escolar das escolas municipais, PETI, creche, CRAS e demais secretarias e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social de São José de Espinharas/PB.  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 09:30  
**Local do Certame:** Portal compras públicas

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bernardino Batista  
**Documento TCE nº:** [01891/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Veículos  
**Objeto:** Contratação de serviço de locação de veículo, destinado a manutenção das atividades do município  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Bernardino Batista

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bernardino Batista  
**Documento TCE nº:** [01893/21](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI's, insumos, materiais e demais equipamentos necessários ao enfrentamento do contágio do COVID-19 no município de Bernardino Batista  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 10:00  
**Local do Certame:** Sede da Prefeitura Municipal de Bernardino Batista

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Poço Dantas  
**Documento TCE nº:** [01900/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Medicamentos  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA, GENÉRICOS E SIMILARES CONFORME TABELA DA ABC FARMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS – PB.  
**Data do Certame:** 20/01/2021 às 07:30  
**Local do Certame:** Sala de Licitação

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bananeiras  
**Documento TCE nº:** [01912/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisições Parceladas de Insumos para Construção em Geral, para atender as demandas das Secretarias deste Município  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 14:00  
**Local do Certame:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de São José de Piranhas  
**Documento TCE nº:** [01922/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisição de materiais didáticos e de expediente, para atender as demandas de todas as secretarias da Prefeitura Municipal de São José de Piranhas-PB.  
**Data do Certame:** 22/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** Sala da CPL, Prefeitura de São José de Piranhas-PB

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Lagoa  
**Documento TCE nº:** [01939/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços



**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS, VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS, PERTENCENTES A DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO DE LAGOA-PB.  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 08:00  
**Local do Certame:** Sala da Licitação  
**Valor Estimado:** R\$ 745.820,00

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Lagoa  
**Documento TCE nº:** [01945/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Medicamentos  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS, NÃO PADRONIZADOS, MEDIANTE SOLICITAÇÃO PERIÓDICA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER DIARIAMENTE NOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA-PB.  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** Sala da Licitação  
**Valor Estimado:** R\$ 220.000,00

---

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado da Administração  
**Documento TCE nº:** [01953/21](#)  
**Número da Licitação:** 00215/2020  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE POTES EM PLÁSTICO  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** CENTRAL DE COMPRAS/SEAD/PB

---

**Jurisdicionado:** Empresa Paraibana de Comunicação  
**Documento TCE nº:** [01963/21](#)  
**Número da Licitação:** 00014/2020  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Contratação de agência de notícias, para suprir as necessidades do Setor de Redação da Empresa Paraibana de Comunicação S/A - EPC  
**Data do Certame:** 27/01/2021 às 10:00  
**Local do Certame:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - Nº 852759

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Mataraca  
**Documento TCE nº:** [01970/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação para transmissão de dados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mataraca/PB, conforme descrição do anexo I, em atendimento a demanda do município de Mataraca/PB  
**Data do Certame:** 22/01/2021 às 08:30  
**Local do Certame:** Sala de reuniões na Prefeitura

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Montadas  
**Documento TCE nº:** [01971/21](#)  
**Número da Licitação:** 00003/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TODA FROTA MUNICIPAL  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 10:00  
**Local do Certame:** SEDE DA CPL

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha  
**Documento TCE nº:** [01977/21](#)  
**Número da Licitação:** 00008/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços médico em reumatologia, com carga horária de 20 horas semanais, para atender as demandas do Centro de Especializado em Reabilitação - CER II, deste Município  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** SALA DE REUNIÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL  
**Valor Estimado:** R\$ 81.400,00

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha  
**Documento TCE nº:** [01979/21](#)  
**Número da Licitação:** 00009/2021  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços médico, na condição de plantonista com carga horária de 24 horas semanais, para atender nos finais de semana (sábado e domingo) no Hospital da Criança Ermina Evangelista, deste Município  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 10:30  
**Local do Certame:** SALA DE REUNIÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL  
**Valor Estimado:** R\$ 85.800,00

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia  
**Documento TCE nº:** [01985/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível  
**Objeto:** Aquisição de Combustíveis, destinados aos veículos de propriedade da Prefeitura, Contratados, locados, à disposição ou vinculados a atividade pública do Município de Cacimba de Areia - PB  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia  
**Documento TCE nº:** [01987/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisição de Material de Consumo e de Expediente para todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Cacimba de Areia - PB  
**Data do Certame:** 26/01/2021 às 14:00  
**Local do Certame:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé  
**Documento TCE nº:** [01989/21](#)  
**Número da Licitação:** 00001/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível  
**Objeto:** Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes para manutenção e funcionamento da Frota de Veículos do Município de Bonito de Santa Fé  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 09:00  
**Local do Certame:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé  
**Documento TCE nº:** [01990/21](#)  
**Número da Licitação:** 00002/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Aquisição de Veículos e Equipamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, em conformidade com a PROPOSTA FNS N.º 11494.230000/1200-01  
**Data do Certame:** 25/01/2021 às 13:00  
**Local do Certame:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Monteiro  
**Documento TCE nº:** [01991/21](#)  
**Número da Licitação:** 01004/2021  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Tipo:** Compras e Serviços  
**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros  
**Objeto:** Sistema de registro de Preço para Eventual Aquisição de



Testes Rápidos do Covid-19.

**Data do Certame:** 20/01/2021 às 11:00

**Local do Certame:** Plataforma COMPRASNET

**Valor Estimado:** R\$ 67.600,00

destinados ao atendimento das unidades de saúde e demanda judicial, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo

---

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado da Administração

**Documento TCE nº:** [01993/21](#)

**Número da Licitação:** 00051/2020

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Tipo:** Compras e Serviços

**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (CARGA A GRANEL).

**Data do Certame:** 27/01/2021 às 09:00

**Local do Certame:** Central de Compras do Estado da Paraíba

---

**Jurisdicionado:** Superintendência de Obras do Plano de Desenv. do Estado

**Documento TCE nº:** [01995/21](#)

**Número da Licitação:** 00130/2020

**Modalidade:** Tomada de Preço

**Tipo:** Obras e Serviços de engenharia

**Objeto:** CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO NA ESCOLA E.C.I. DAURA SANTIAGO RANGEL (MOD. 2), EM JOÃO PESSOA - PB.

**Data do Certame:** 01/02/2021 às 09:00

**Local do Certame:** AUDITÓRIO DA SUPLAN

**Valor Estimado:** R\$ 346.582,74

---

**Jurisdicionado:** Fundo Municipal de Saúde de Juazeirinho

**Documento TCE nº:** [01999/21](#)

**Número da Licitação:** 10015/2020

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros

**Objeto:** Serviços contínuos de fornecimento de refeições , inclusive entrega

**Data do Certame:** 28/12/2020 às 09:00

**Local do Certame:** Sede da Prefeitura - CPL

**Observações:** Informações do processo apenas para viabilizar os empenhos e pagamentos na Secretaria de Saúde

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Itapororoca

**Documento TCE nº:** [02001/21](#)

**Número da Licitação:** 00001/2021

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Tipo de Compra ou Serviço:** Combustível

**Objeto:** Aquisições parceladas de combustíveis e lubrificantes destinados a atender a frota veicular própria e/ou locada da edilidade e suas secretarias, inclusive Fundo Municipal de Saúde.

**Data do Certame:** 25/01/2021 às 08:30

**Local do Certame:** SALA DA CPL

**Valor Estimado:** R\$ 2.559.834,96

---

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Aguiar

**Documento TCE nº:** [02016/21](#)

**Número da Licitação:** 00001/2021

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Compras e Serviços

**Tipo de Compra ou Serviço:** Outros

**Objeto:** Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento de veículos em trânsito, durante o exercício de 2021, num raio de 200 km, destinados aos veículos pertencentes ao Município.

**Data do Certame:** 26/01/2021 às 08:30

**Local do Certame:** Prefeitura Municipal de Aguiar

**Valor Estimado:** R\$ 319.000,00

---

## Errata

**Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 12/01/2021:**

**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Baía da Traição

**Documento TCE nº:** [01410/21](#)

**Número da Licitação:** 00003/2021

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Objeto:** Aquisição de medicamentos diversos da tabela da ABC Farma de A a Z dos tipos ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILAR,